Diretoria Geral da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde
Núcleo de Planejamento e Avaliação
Comissão de Integração Ensino-Serviço – CIES/CIB-TO
Secretaria Executiva

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO – CIES

Às nove horas e vinte minutos de trinta e um de outubro de dois mil e doze, a Secretária Executiva da Comissão de Integração Ensino-Serviço/Comissão Intergestores Bipartite – CIES/CIB-TO – Senhora Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana deu início à quarta reunião ordinária com a apresentação da servidora Marluce Vasconcelos Calazans Pilger que agora faz parte da Diretoria da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde – DGETSUS e estará trabalhando em conjunto na Secretaria Executiva da CIES/CIB-TO e posteriormente assumindo a referida Secretaria; passou-se em seguida à apresentação dos demais presentes. Senhora Márcia Valéria iniciou a reunião com o item 1. Abertura com a presença da Senhora Secretária de Estado da Saúde, Senhora Vanda Paiva, e informou que após a definição da pauta, a Senhora Secretária teve uma reunião marcada para a mesma data em Brasília-DF com o Senhor Ministro, e que a pessoa convidada a vir representá-la, o Secretário Executivo, Senhor José Gastão Almada Neder, ainda não havia chegado e que assim que se fizesse presente, a pauta seria parada para conceder-lhe um espaço para fala. Senhora Márcia Valéria deu continuidade com o item 2. Leitura, pactuação e aprovação de pauta, onde foi feita a correção de data no campo Informe item 6.1. onde lê-se 08 a 10 de novembro de 2012, passa-se a ler 07 a 09 de novembro de 2012 e incluído, por sugestão da mesma, e consensuado pelos membros o item 6.2. Processo Educacional de Educação Popular em Saúde. Pauta Aprovada. Item 3. Observações de alterações e aprovação da ata da reunião extraordinária de dezoito de junho de dois mil e doze. Solicitada pela Senhora Elizangela Braga Andrade - CIB-TO que fosse redigido a linha 168 com maior clareza no que se refere a sua fala. Senhor Getúlio de Sousa Araújo - SINTRAS sugestiona que as atas sejam enviadas a todos os membros e que as alterações referentes às mesmas sejam feitas via e-mail em tempo hábil para que na reunião apenas ocorra aprovação da mesma. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE coloca que na revisão do Regimento Interno podem-se ter as datas a serem pactuadas, o tempo de envio das atas e o tempo de resposta dos membros para a Secretaria

Executiva e então quando se montar um Grupo de Trabalho - GT para revisão deste Regimento isso será lembrado e esse grupo verificará a possibilidade de ser incluído essa questão. Realizada alteração textual referente à linha 168 e ata aprovada. 4. Apresentações para Consenso: 4.1. Apresentação de proposta de repactuação de recursos dos PEP 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011 de recursos dos PROFAPS 2009, 2010 e 2011 – Solicitante: Linvalda Rodrigues H. de Araújo/Expositor: Laudecy Alves do Carmo – DGETSUS/NPA. Anterior à apresentação, Senhora Linvalda Rodrigues Henriques de Araújo – SESAU/DGETSUS contextualizou sobre o que se está falando em relação à repactuação e expôs que todos os recursos da Educação Permanente são baseados em projetos e em portaria do Ministério da Saúde com critérios para os estados fazerem os projetos. Expôs que a Política de Educação Permanente iniciou em 2007 e que neste tempo transcorrido, alguns processos não são mais necessários. Considerando que este recurso é de fundo a fundo, pode repactuar esse recurso, já que se perde o sentido fazer coisas que não se tem mais demanda, porém é necessário justificar o porquê não mais se fazer. Para tanto houve um resgate com áreas técnicas e municípios que estão elencados nesses projetos e foram pegos todos os recursos considerando esse tempo de planejamento que a Secretaria de Estado e os municípios estão vivendo, que é de fazer a Programação Anual para fazer também a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Tanto Diretoria de Educação Profissional - DEP quanto Diretoria de Gestão de Educação em Saúde - DGES para revisão de todos esses projetos, chamou todas as áreas técnicas no objetivo de verificar se havia recurso sem projeto. Senhora Linvalda – SESAU/DGETSUS colocou que no momento então será apresentado um único Plano de Educação Permanente - PEP e Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde - PROFAPS 2012 consolidado a partir de todos os planos anteriores para ser consensuado na presente reunião e aprovado na CIB. Senhora Linvalda – SESAU/DGETSUS informa ainda que a Secretária de Saúde, Senhora Vanda Paiva, veio de reunião com o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde - CONASS, onde colocou que os recursos não estão sendo utilizados no tempo certo e que as secretarias de estado juntamente com esses fóruns, Comissão Intergestores Bipartite - CIB, podem estar fazendo as repactuações necessárias tanto para os recursos da Educação Permanente quanto da Vigilância. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE reforçou a transparência dos recursos que serão

apresentados e que para a construção deste documento, da minuta de repactuação de recursos, foi levada em consideração: a legislação do SUS, da Educação Permanente, do PROFAPS, a Resolução da Comissão Intergestores Bipartite – CIB que versa sobre regiões de saúde, citou-se também as Portarias Ministeriais referentes aos repasses dos recursos da Política de Educação Permanente quanto do PROFAPS e o montante desses recursos. Continuou sua fala pontuando que a partir do ano de 2010 o Ministério destinou recurso específico para o público de nível médio para a formação e qualificação técnica, passando o PROFAPS a receber Recursos de Capital. Coloca que o aporte financeiro vem sendo depositado fundo a fundo desde 2007 e que as demandas levantadas desde a mesma data não conseguiram caminhar tão rapidamente, perdendo a validade e a necessidade de execução das mesmas e que por isso neste ano de 2012 foi realizada pesquisa com os servidores da saúde via FORMSUS, tanto via web quanto formulários impressos e verificou-se que quando se confronta essas demandas de hoje com as anteriores verifica-se que tem muita diferença. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE disse que para a realização da minuta ainda foi considerado que a CIES vinculada à CIB tem como uma de suas atribuições pactuar os critérios para distribuição, alocação e fluxo dos recursos financeiros no âmbito estadual, bem como o fato dessa Diretoria Geral ter a missão de promover a gestão dos processos educacionais e pesquisa voltados para os trabalhadores do SUS de saúde do Tocantins entendendo que gestão abarca planejamento, formulação, oferta, execução, financiamento, regulação, monitoramento e avaliação dos processos educacionais. Passou-se ao item 4.1. Apresentação de proposta de repactuação de recursos dos PEP 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011 de recursos dos PROFAPS 2009, 2010 e 2011 – Solicitante: Linvalda Rodrigues H. de Araújo/Expositor: Laudecy Alves do Carmo – DGETSUS/NPA. Senhora Laudecy passou à apresentação do Quadro 1. Recursos PNEPS alocados na Execução de Cursos para Profissionais de Nível Médio em Saúde. Expões os Cursos/Processos Educacionais e o referido saldo. Senhora Inez - DGETSUS/DEP informou que alguns desses cursos apresentados estão em andamento e outros foram finalizados. Senhora Márcia Valéria ressaltou que ainda não existia PROFAPS e que o recurso era para nível médio alocado dentro dos PEPs e que o saldo apresentado, tratava-se de recurso de sobra desses processos. Quadro 2. Recursos PNEPS alocados na Execução de Cursos para outras Diretorias Gerais da SESAU-TO. Senhora Laudecy

apresentou os Cursos/Processos Educacionais e o referido saldo. Apresentou ainda a Relação dos Cursos a serem ofertados pela DGETSUS em parceria com a UNITINS. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE disse que o desejo de realizar cursos é grande quando se planeja o PEP, mas que a DGETSUS não tem estrutura ou a capacidade técnica para a realização de alguns deles e por isso é que quando se chamou Diretorias Gerais, bem como o Conselho Estadual de Saúde - CES, através do Senhor Neirton José de Almeida, para participar e dar legitimidade no processo de discussão e repactuação dos recursos. Senhor Getúlio de Sousa Araújo - SINTRAS perguntou sobre se o saldo restante de um curso passa de um ano para o outro e Senhora Márcia Valéria explica que o recurso da Política de Educação Permanente é fundo a fundo, flexível, podendo ser repactuado, por isso é que se apresentam neste momento os montantes de sobras e rendimentos para ver o que vai ser alocado. Quadro 3. Recursos PNEPS alocados na Execução de Cursos/Processos Educacionais da DGETSUS. Senhora Laudecy apresentou os Cursos/Processos Educacionais e o referido saldo. Senhora Márcia Valéria explicou que todos esses cursos serão executados, mas não com recursos do PEP e que como são cursos que podem ser também para nível médio pode-se alocá-los com recursos do PROFAPS, que inclusive esses cursos já estão em formalização de contrato. Senhora Linvalda – SESAU/DGETUS informou que esses cursos serão para todos os servidores do SUS, tanto da secretaria de estado, municípios e hospitais com duzentas vagas cada. Senhora Adeusvi Moreira dos Santos - CIR Porto Nacional lembrou da rotatividade de servidores no município e a exigência de ser efetivo para participar de cursos o que traz dificuldades porque ao mudar o gestor municipal aqueles que foram qualificados vão embora, e que seria necessário capacitar a comunidade. Diz que a comunidade procura a secretaria para realizar cursos e esta não pode devido aos critérios. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE explicou que o Regimento se apóia em legislações; e cursos de longa duração não se pode ofertar para servidores que não são efetivos, os cursos de pequena sim, e que aí teria que ser uma revisão de legislação, o que está fora da governabilidade. Em relação a abrir para a comunidade, Senhora Márcia Valéria disse que os recursos da política são para os trabalhadores do SUS e o que se pode ofertar para a comunidade são cursos de Educação Popular em Saúde. Expôs que um grande problema é a falta de participação dessas pessoas e exemplificou que tem um processo que foi aberto e reaberto inscrições e até aquele

momento havia apenas dois inscritos. Colocou que essas questões seriam anotadas e dentro das possibilidades, com assessoria jurídica, poder-se-ia ver o cabível legalmente. Senhora Linvalda – SESAU/DGETSUS lembrou que a proposta da Política de Educação Permanente é baseada em processo de trabalho e que os indicadores não mudam com a mudança do servidor, até porque a maioria muda dentro do próprio Estado. Capacitam-se pessoas e não município e aonde a pessoa vai o conhecimento vai com ela. Senhor Augusto César Pereira dos Santos - CIR Sul Angical relatou que às vezes encaminha uma pessoa que não é concursada na área para realizar curso, o que é desvio de função, por não ter pessoal na área e que quando se qualifica o servidor, ele por si só já quer uma remuneração melhor em função de ter sido qualificado. Expressou a falta de organização do município para realizar concurso. Senhora Linvalda – SESAU/DGETSUS respondeu que uma das questões é o fato de que a Escola quando era autarquia podia oferecer percentual de vagas para a comunidade e quando passou ao organograma da saúde ela não pode mais ofertar essas vagas e que vê essa situação como uma desvantagem, mas que é uma questão legal e jurídica. Colocou ainda que não só o município tem culpa, mas que o governo federal e o estado fazem projetos sem estar discutindo gestão do trabalho, vínculo trabalhista e necessidade do serviço o que gera desvio de função. Disse que cursos de formação devem ser feitos pelo Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec e pelas Escolas Técnicas Federais porque elas são exclusivas para a comunidade. Senhora Elizangela - CIB-TO disse que o no Estado existe o Plano de Cargos Carreiras e Salários - PCCS, mas geralmente o servidor não visualiza o PCCS com essa co-relação com a qualificação que ele adquire no processo de trabalho, exemplifica que a Universidade Federal do Tocantins – UFT incentiva o servidor, pois ele é gratificado pelo grau de aprendizado e que é necessário incentivar o servidor a procurar qualificação. Senhor Augusto César - CIR Sul Angical solicitou um informe sobre todos os cursos já contemplados, os não contemplados e os que estão em andamento para mostrar com mais clareza junto aos gestores municipais de saúde nas Comissões Intergestores Regionais. Senhora Laudecy prosseguiu apresentando o Quadro 4. Resumo do saldo para repactuação. Senhora Linvalda – SESAU/DGETSUS explicou que demanda espontânea é o que não se consegue programar, cursos que não foram planejados e há necessidade de fazer e exemplifica que cursos para área médica foram contemplados com esse recurso. Senhora Laudecy apresentou o Quadro 5

– Demonstrativo dos Recursos em Conta. Senhora Linvalda – SESAU/DGETSUS colocou que cursos que têm flexibilidade, têm rendimento, tenta-se contemplar o pagamento de diária mesmo quando o Ministério diz que o município tem que pagar. Sempre que houver recurso suficiente no curso haverá pagamento de diária ou ajuda de custo. Senhora Laudecy seguiu dizendo que referente à Rede de Atenção à Saúde – RAS havia sido repactuado na última CIES o valor de R$ 983.747,82 que já houve necessidade de repactuação também. Senhora Linvalda – SESAU/DGETUS explica que o recurso continua da RAS, dentro da mesma política de urgência e emergência nos cursos de ATLS e ACLS, que os cursos serão para médicos indicados que estejam atuando em urgência e emergência e que o sindicato está ajudando a Diretoria de Atenção Especializada nesse processo e deverá haver um termo de compromisso assinado por esses profissionais que garanta a atuação dos mesmos no referido setor e que o curso tem validade de dois anos tendo que ser sempre atualizado. Senhora Suen Oliveira – DGAPS/DAE colocou que já foi conversado sobre a possibilidade de se fazer levantamento pela área técnica para verificar se tem municípios que possam ser beneficiados com esse curso esclarecendo o questionamento de Senhor Augusto César - CIR Sul Angical sobre o fato dos municípios prestarem os primeiros socorros às vítimas de trauma. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE colocou que para profissionais não médicos foi pactuado na última CIES o Curso ALSO também na área de urgência e emergência. Senhora Linvalda – SESAU/DGETSUS lembrou que está sendo realizado desde o ano passado curso na área de urgência e emergência para técnico e auxiliar, cento e vinte horas modular, sendo três turmas por mês. Senhora Laudecy passou à apresentação do Quadro 6. Distribuição dos Recursos de Saldos e Rendimentos PEPs a serem repactuados. Senhora Erlaene Tedesco Canêdo Silvestre Emílio - SESAU/DGVPS perguntou como foi feito o cálculo das demandas espontâneas, se foi feito pela média dos últimos anos ou houve algum outro critério. Senhora Laudecy informou que foi levado em consideração a série histórica dos últimos anos e Senhora Márcia Valéria explicou que o valor era menor do que o apresentado, porém as demandas apareceram com recursos de alto valor mas com importante impacto no serviço. Senhora Linvalda explicou que o recurso maior das demandas espontâneas é do rendimento para que não tire de nenhum projeto a não ser das áreas técnicas que não terão condições de executar alguma ação e que esse valor é para 2013, pretendendo-se para os outros anos colocar mais recursos. Senhora

Márcia Valéria colocou também alguns dados referentes ao quadro seis, que pensando na política de descentralização e nas novas regiões de saúde é que já foi garantido recurso para a CIES/Norte e CIES/Sul; que a especialização em Administração Hospitalar visa colocar pessoas capacitadas à frente dos hospitais; que o Mestrado profissional será ofertado pelo Instituto de Saúde Coletiva - ISC da Bahia e contará com 16 vagas e que foi assegurado recurso para fazer a supervisão de mestrado. Senhor Augusto César - CIR Sul Angical pediu esclarecimento sobre se o recurso apresentado do quadro seis, de três milhões, trezentos e doze mil, cento e noventa e nove reais e vinte e três centavos é dos rendimentos e Senhora Márcia Valéria confirmou. Senhora Laudecy retificou que o valor das demandas espontâneas apresentado no quadro seis de um milhão duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e três centavos devem ser acrescidos neste montante, o valor de trezentos mil reais de rendimentos e mais cento e vinte e nove mil reais que havia sido repactuado. Passa a apresentar o Quadro – Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde – PEEP-TO/Repactuação 2012 que contempla todos os cursos, tanto os que estão sendo repactuados como os que estão em execução ou que serão executados e não houve necessidade de repactuação. Dos Cursos/Processos Educacionais apresentados houve comentários e/ou questionamentos, os que se seguem. Senhora Linvalda – SESAU/DGETUS explicou que o recurso para aquisição de Material Permanente é do PROFAPS porque a Educação Permanente não tem recurso para isso. Colocou também que o recurso para Monitoramento Externo – Locação de Veículo abrangerá o período de dez meses e servirá para auxiliar no monitoramento os cursos que serão executados pela UNITINS e devido às licitações haverá outras instituições também que estará realizando cursos como o Sindicato dos Médicos. Senhora Inez - DGETSUS/DEP exemplificou que a Diretoria de Educação Profissional utiliza quatro carros semanalmente. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE passou à leitura dos cursos que serão executados com recursos de repactuação do PROFAPS – Programa de Formação Profissional de Nível Médio para a Saúde. Senhora Laudecy justificou que não havia sido inserido na planilha o saldo dos recursos que foram repactuados do PROFAPS e então passou a apresentá-los. Apresentou as três contas do PEP e as duas do PROFAPS com os valores devidos. A pauta foi suspensa um momento pela chegada do Secretário Executivo, Senhor José Gastão Almada Neder. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE e senhora

Linvalda – SESAU/DGETUS deram as boas vindas e este, na oportunidade, desejou uma boa reunião, pediu a colaboração de todos desejando que a reunião pudesse contemplar o que todos esperam, justificou a ausência da Secretária e seu atraso devido a inúmeros compromissos e que esperava contar com a colaboração de todos. Senhora Linvalda – SESAU/DGETUS colocou que Dr. Gastão tem dado todo o apoio necessário para o desenvolvimento das ações nunca deixando de dar sua contribuição. A reunião teve continuidade com a apresentação dos Cursos/Processos Educacionais pela Senhora Laudecy. Senhora Elizangela - CIB-TO pergunta se o Curso de Formação em Metodologias Ativas para Preceptoria em Saúde estava em execução. Senhor Andreis Vicente da Costa – SESAU/DGES esclareceu que não, que a primeira turma estava prevista para iniciar neste ano, mas que um dos requisitos de seleção dos docentes é que contemple também profissionais que estão sendo capacitados pela Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS pelo curso da Associação Brasileira de Médicos - ABEM e que estão aguardando a finalização deste curso para abertura do curso de preceptoria. Senhora Inez - DGETSUS/DEP colocou que a capacitação para Agente Comunitário de Saúde tem cinco turmas em andamento que terminará em abril de 2013 e que para as demais turmas será feito licitação. Senhora Laudecy explicou que para o próximo ano a DEP não terá mais curso com recurso do PEP apenas do PROFAPS. Senhora Linvalda – SESAU/DGETUS colocou sobre a responsabilidade na utilização dos recursos e que a Diretoria Geral da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde responde se não fizer bem e não fizer dentro da legalidade, pois todo o recurso utilizado é através de processo, trâmite administrativo e que até o momento essa diretoria não teve nenhuma ingerência política e que por ser recurso federal o Tribunal de Contas da União irá fiscalizar que para isso só assina o que é legal e que tem o aval da assessoria jurídica. Senhora Erlaene - SESAU/DGVPS reforçou a sugestão que seja entregue um documento com o que já foi feito e o que está em andamento para que fique bem claro. Senhora Márcia Valéria colocou que a sugestão já foi acolhida como encaminhamento. Senhor Augusto César - CIR Sul Angical questionou sobre o levantamento de demandas dos municípios para os cursos que estão sendo apresentados e Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE esclarece novamente sobre a metodologia utilizada, FORMSUS, como colocado no início da reunião. Senhora Andrea Siqueira Montalvão – SESAU/DAPS colocou que os municípios foram orientados a

trabalhar com as áreas técnica para não haver choque de mesmos cursos. Senhora Linvalda – SESAU/DGETUS disse que irá solicitar que se traga o resultado do FORMSUS para próxima reunião e caso algum município deseje pode-se imprimir o resultado por município e coloca que este formulário será utilizado no próximo ano. Senhor Augusto César - CIR Sul Angical pediu entendimento sobre os municípios que tinham apresentado projeto, se o recurso tinha sido repassado. Senhora Márcia Valéria disse que Palmas devolveu o recurso, Ananás recebeu e Araguaína devolveu parte do recurso, que às vezes superestima o valor e às vezes subestima e que algumas necessidades não foram suprimidas, mas repactuadas para uma estimativa mais próxima. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE esclareceu questionamento feito por Andrea Siqueira Montalvão – SESAU/DAPS sobre o motivo de estar se fazendo curso de Conselheiro se a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP já está realizando e esclarece que o número de vagas é insuficiente para o número de conselheiros que se tem e que Senhor Neirton - CES fez o levantamento de pessoas nos Conselhos dentro do total de municípios e que nem assim atenderá toda a demanda. Senhora Inez dos Santos Gonçalves - DGETSUS/DEP esclareceu ainda que a ENSP está capacitando apenas aqueles conselhos que fizeram a inclusão digital, que estão no Programa de inclusão Digital – PID. Colocou ainda que o cálculo foi feito para doze titulares e doze suplentes por Conselho/Município e que não há como atender tudo em 2013 e que se pensa em atender por região, gradualmente. Senhora Andrea– SESAU/DAPS fez questionamento sobre o Curso de Especialização em Gestão Pública porque a UFT oferece através da Universidade Aberta do Brasil o curso de Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, e que poderia estar vendo uma parceria com esta. Senhor Augusto César - CIR Sul Angical questionou se pode acrescentar mais um curso dentro dos projetos apresentados. Senhora Linvalda – SESAU/DGETUS colocou que os recursos estão sempre chegando e que tem que saber o tempo em que se devem apresentar os projetos, levando sempre em consideração quem vai executar, quem vai gerir o recurso, se a ação é pertinente à realidade. A proposta de repactuação foi consensuada. Em sequência Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE colocou que após fechamento de planilhas houve alteração em valores e que devido o fato desta ter sido encaminhada aos membros, passa-se, no momento, à apresentação das alterações. Senhora Linvalda – SESAU/DGETUS explicou que as alterações se devem à cotação que foi divergente do valor estimado. Senhora Laudecy passou

a apresentar a planilha de Relação dos Cursos a Serem Ofertados pela DGETSUS – Parceria UNITINS apontando as alterações de valores dos sete cursos/processos educacionais, o total global e os totais parciais da diferença de valores tanto do PROFAPS quanto do PEP. Proposta consensuada. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE disse que as planilhas serão reenviadas aos membros com as alterações. Passou-se ao item 4.2. Apresentação dos projetos de processos educacionais em saúde apresentados pelos municípios/regiões de saúde para compor o PAREPS/2012; Solicitante: Linvalda Rodrigues H. de Araújo/Expositor: Márcia Cristina G. Siqueira - DGETSUS/DGES/CE. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE justificou que este item encontra-se na pauta é referente ao Plano de Ações Regionais de Educação Permanente em Saúde– PAREPS, que na ocasião havia critérios para que os municípios apresentassem projetos de processos educacionais para serem financiados com recursos da política sendo que o repasse seria fundo a fundo para não ter problemas no repasse. Colocou que ainda não há portaria do Ministério, não se sabe o valor, mas que assim que publicada os projetos estarão prontos para serem encaminhados. Relembrou os critérios: - ter como público alvo os profissionais da atenção primária, - ter assinado o Pacto, - indicadores de morbimortalidade, - ter Núcleo de Educação Permanente - NEP e a sugestão de conversar com as áreas técnicas para não haver duplicidade, o que não foi feito por todos os municípios, portanto alguns foram aprovados e outros, conforme consenso desta plenária, na reunião de 04 e 05 de setembro do corrente ano, não seria desaprovado, mas que se conversasse novamente com as áreas técnicas para adequar a planilha e assim foi feito neste mês. Colocou ainda que não significa que todos os projetos serão aprovados, dependerá do recurso que será liberado pelo Ministério. Senhora Márcia Cristina - DGETSUS/DGES/CE colocou que os projetos que irão ser apresentados são os que já foram apresentados na última reunião da CIES e que dos vinte e dois projetos, onze foram recomendados pelas áreas técnicas e onze foram recusados, pois as áreas técnicas pretendiam executar esses cursos junto aos municípios, mas ficou entendido que apesar da área técnica trabalhar determinado assunto, os municípios defenderam que o foco, a forma, a intenção, a abordagem do município seria diferente e que então a DEGETSUS iria revisitar e reapresentar esses projetos. Houve-se o cuidado de deixar como público alvo a atenção primária; com exceção dos cursos que vão ser realizados pelos municípios de Palmas e Araguaína, colocou-se como lugar de

execução o município solicitante, mas sempre abrangendo os municípios circunvizinhos; revisitaram-se as planilhas financeiras que não havia ajuda de custo, além de cada projeto ter uma planilha financeira diferente, o que se uniformizou criando uma memória de cálculo uniforme para todos. Informou que para a memória de cálculo foi considerado para cada curso executado no interior: a locomoção de dois técnicos da SESAU mais um motorista; diária para colaborador eventual; pagamento de hora-aula para dois facilitadores; material de consumo no valor de quarenta reais por aluno e coffee break. Explicou que o que varia é a quantidade de alunos e que foi colocado como critério o máximo de duas turmas por curso/município, com exceção dos municípios que já haviam sido aprovados na última CIES, como Palmas e Colinas. Senhora Maria Antônia Delle Vedove - CIR Miracema questionou como será a área de abrangência, até onde os municípios podem participar. Colocou que o município de Miracema solicitou um curso de vacinação. Senhora Márcia Cristina - DGETSUS/DGES/CE disse que dos vinte e dois projetos apresentados ficaram vinte e um, pois na última reunião da CIES foi dito que Augustinópolis tinha um projeto, mas que em contato com o município este não foi confirmado e Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE acrescenta que esses projetos foram os que passaram por todos os critérios e a única pendência foi o parecer da área técnica e que Miracema não tem nenhum curso apresentado na planilha porque não foi recomendado devido não possuir Núcleo de Educação Permanente - NEP instituído, o que era um dos critérios. Senhora Márcia Cristina colocou que os vinte e um projetos apresentados somam o valor de seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e noventa e um reais, com prazo de execução para o ano de 2013 e meta física de um mil oitocentos e dez servidores. Senhora Linvalda – SESAU/DGETSUS colocou que os municípios que receberem esse recurso não têm que necessariamente operacionalizá-lo, ele pode terceirizar através de licitação, exemplificando o município de Ananás. Senhor Marcos Fabiano - CIR Capim Dourado comentou sobre o cuidado dos municípios, através do responsável pelo NEP, em discutir grade do curso para que realmente atenda a necessidade, direcionar o que se quer como objetivo para que eles sejam alcançados. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE pontuou que a diária colocada para servidor da área técnica da SESAU foi pensando nessa assessoria no que for preciso e possível. Senhora Wilma Gomes Galvão - IE Públicas - FUNTROP questionou se esse recurso do PAREPS de trinta e seis mil vai para o município, esclarecido

pela senhora Márcia Valéria que sim, que vai para a secretaria municipal de saúde, a qual fica responsável pela apresentação na CIES do curso, do plano de trabalho, da prestação de contas enquanto a Diretoria de Geral da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde, conforme portaria 1996, além da função de assessorar tem também a função de monitorar e avaliar esses processos. Proposta consensuada. Passou-se ao item 4.3. Apresentação dos projetos de processos educacionais em saúde apresentados pelos NEP/Gestão; Solicitante: Linvalda Rodrigues H. de Araújo/Expositor: Márcia Cristina G. Siqueira - DGETSUS/DGES/CE. Senhora Márcia Cristina colocou que foi considerado o valor proposto pela área técnica solicitante, pois são muito específicos e não foi possível fazer uma memória de cálculo padrão. Informou também que um dos cursos contido na planilha, Aprimoramento Teórico Prático em Enfermagem Obstétrica, foi retirado por falta de entendimento e que a área técnica foi procurada, mas que o responsável estava viajando a trabalho e que foi acrescentado mais um curso, não contido na planilha, sendo esse do Laboratório de Saúde Pública do Tocantins – LACEN e que os cursos apresentados pelos NEP/Gestão totalizam o valor de oitocentos e um mil, cento e oitenta reais e sessenta e seis centavos. Senhora Linvalda– SESAU/DGETSUS colocou que as áreas devem gastar setenta por cento dos recursos para que se recebam mais recursos. Senhora Márcia Valéria acrescentou que essa era uma recomendação para esse PEP, mas que se a CIES acordar pode-se colocar para os próximos PEPs que o gasto de setenta por cento seja um critério e aprovar isso na CIB. Senhora Linvalda falou da necessidade da Secretaria de Estado da Saúde passar de executora para gestora, trabalhar baseado na necessidade e que quando se verificar que não tem capacidade ou competência para executar, procurar instituições que tenham tal competência. Proposta Consensuada. Item 4.4. Repactuação de Carga Horária de Processo Educacional - Solicitante/Expositor: Wanira Brito – Área Técnica Saúde do Idoso – DGAPS/DAP. Senhora Wanira colocou que o Curso Básico de Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa foi pensado na carga horária de vinte horas, mas que através das visitas de cooperação técnica nos municípios, percebeu-se a dificuldade de liberação destes servidores, o que se propõe é a diminuição da carga horária para dezesseis horas e alteração no objeto gasto sem alterar valor final, permanece ainda a mesma meta de duzentos e quarenta profissionais capacitados. Proposta consensuada. 4.5. Apresentação do Projeto do Curso Introdutório para

Auxiliares e Técnicos de Enfermagem da Estratégia Saúde da Família – alteração da modalidade de ensino; Solicitante/Expositor: Ana Paula Machado Silva - DGETSUS/DEP/CCB. Senhora Ana Paula colocou que o projeto original foi feito para modalidade de ensino presencial, mas que houve alteração no início do ano para ser executado em EAD na Plataforma Moodle. Relatou que o curso está em andamento, mas que se observam durante o percurso que não têm sido alcançados os objetivos esperados e elenca como dificultadores: das cem vagas ofertadas para as CIRs Capim Dourado e Porto Nacional, foram preenchidas cinqüenta e duas e que efetivamente estão participando do curso trinta e cinco alunos; dificuldade do discente de acesso à internet; dificuldade do discente de manusear o computador; discussões insuficientes para alcançar o objetivo proposto pelo curso. Propôs a realização de cinco turmas com trinta alunos, nos municípios de Palmas, Araguaína e Gurupi, modalidade presencial, com carga horária de oitenta horas dividida em dois módulos. Senhora Maria Antônia - CIR Miracema questionou se essa proposta de mudança de modalidade é para a turma em andamento e Senhora Ana Paula esclareceu que a alteração seria para as turmas subseqüentes. Senhora Inez dos Santos Gonçalves - DGETSUS/DEP colocou que esse curso, para a DGETSUS, foi um desafio, pois foi a primeira vez que se colocou um curso na modalidade EAD e que para os técnicos e auxiliares de enfermagem foi utilizado o material dado na capacitação do introdutório para nível superior, mas que a resposta não está atendendo os objetivos do curso, e expressa que para cursos em EAD é necessário disciplina, ter o hábito de estudar sozinho e muitas vezes isso não é desenvolvido devido à rotina e a educação para que se é formado, de cursos presenciais. Senhora Inez continuou colocando que para se atender o objetivo e qualificar esse processo seria necessário inverter a estratégia, voltar a ser modalidade presencial o que prevê conversar com os gestores, devido à liberação do servidor. Senhor Marcos Fabiano - CIR Capim Dourado disse que é necessário discutir e refletir mais sobre essas dificuldades, quem vai coordenar esses cursos tem que se empoderar mais dessa metodologia. Senhora Adeusvi - CIR Porto Nacional relatou sobre a dificuldade do município em deslocar os servidores para capacitação quando se é para grupos maiores. Senhora Inez dos Santos Gonçalves - DGETSUS/DEP coloca que diante dessas dificuldades que se foi pensado em EAD. Senhora Andrea – SESAU/DAPS diz que acredita que as dificuldades apresentadas não justificam a mudança de modalidade, que

por ser um curso novo, uma nova experiência, tem que ser pensado em novas estratégias. Senhora Carmem Lúcia S. Santos Fonseca - CECT relata que também houve dificuldades como as apresentadas na Secretaria de Ciência e Tecnologia e que foi montada uma equipe de professores conteudistas que criaram módulos a partir de outros módulos já prontos e eram bastante complexos para o público que de fora e readaptaram de acordo com o perfil e dentro dos conteudistas criou-se também o coordenador que é onde o aluno vai receber informações para desenvolver o trabalho e que a modalidade EAD tem tido resultados palpáveis e que talvez falte motivação para os alunos que estão no referido curso. Senhora Elizangela - CIB-TO relembrou que quando foi aprovado o curso para a modalidade EAD foi muito bem recebido e que a Senhora Michele Pantoja havia colocado que com a expansão do telessaúde, isso poderia estar ajudando na aplicabilidade do curso e questionou que além da dificuldade do acesso à internet como forma de aprendizado, o que mais teria impedido, se foi só a motivação. Questionou, para refletir, sobre a figura do tutor e como havia sido definido esse acompanhamento, quantos alunos por tutor, se vale à pena e pontuou sobre a realidade do interior do estado, da infra-estrutura em função da rede e também do dia a dia do servidor. Senhor Getúlio - SINTRAS colocou que tem conhecimento de alunos que fizeram cursos de curta e média duração a distância com mais qualidade de alunos que fizeram cursos semelhantes na modalidade presencial. Senhora Adeusvi - CIR Porto Nacional colocou que é muito pouco tempo para mudança de modalidade que acredita que falta insistir e justificou o fato da maioria dos municípios terem sinal de telessaúde. Senhora Carmem - CECT complementou dizendo que o aluno precisa de incentivo. Senhora Ana Paula explicou que houve processo seletivo para tutores e hoje há três tutores que a princípio ficaria cada um com vinte alunos, mas com a diminuição de alunos passou-se para o quantitativo de doze. Colocou que está à frente do curso acompanhando via mensagem, contato telefônico, internet e que o encontro presencial foi pensado para um dia e com a dificuldade, passaram para dois dias. Reforçou acreditar na modalidade EAD, mas que o projeto foi feito para modalidade presencial e observou que essas dificuldades somam e servem para montar um projeto adequando-o para EAD. Senhora Ellys Symone - SESAU/SPAS/DAE salientou que para ser à distância tem que ter organização e que há dificuldade em ter internet com capacidade e qualidade e que não vê como um retrocesso a mudança de modalidade. Senhora Inez -

DGETSUS/DEP disse saber que a modalidade à distância é a ferramenta do futuro e propõe que das cinco turmas que realizarão o curso ano que vem, deixaria duas delas na modalidade à distância e três na modalidade presencial com a ressalva de que só receberá a certificação quem alcançar os objetivos e exemplificou dizendo que há alunos que copiam atividades da internet, não conseguindo interligar as atividades com seus processos de trabalho. Ana Paula completou que foi proposto em função disso, atividade de recuperação para aqueles alunos que não entregam as atividades em tempo hábil. Senhor Marcos Fabiano - CIR Capim Dourado disse concordar com a proposta da Senhora Inez, visto que contempla a diversidade do Estado e coloca sobre a importância de avaliar os alunos. Senhora Elizangela - CIB-TO colocou também que é pertinente a proposta da Senhora Inez, mas que tem que avaliar a metodologia utilizada e avaliar os alunos, o que de fato eles aprenderam, que formação que eles estão tendo. Continuou dizendo que às vezes é preciso recuar para “arrumar a casa”, para depois dar um passo mais seguro à frente, rever o que preparou para vir uma proposta melhor, que realmente possa atender se fizer um curso EAD, que embora tenha o desejo, queira contemplar, às vezes não é o ideal. Disse ainda que fazer por fazer, mas que não é essa a preocupação, mas sim que tenha o retorno, que valha à pena e nesse momento não se tem o depoimento dos tutores, não se tem o feedback dos alunos. Senhora Andrea – SESAU/DAPS disse ser interessante a proposta da Senhora Inez e que isso oportuniza fazer um comparativo da realidade EAD com a realidade presencial, e em outro momento ter subsídios para avaliar qual delas vale à pena. Continuou dizendo que em relação à qualidade do curso essa tem que ser avaliada independente de ser presencial ou EAD, e que isso serve para todos os cursos, pois se está falando em Educação Permanente e em processos de trabalho tem que se avaliar se o que se está se fazendo está tendo resultado, quais os impactos nesse processo de trabalho, como esses cursos estão fazendo diferença e estão modificando os processos de trabalho. Assim se teria elementos para avaliar se funciona ou não. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE expôs então a proposta levantada em que das cinco turmas do ano que vem serem duas delas na modalidade EAD e três delas na modalidade presencial com as adequações. Senhor Augusto César - CIR Sul Angical colocou sobre a possibilidade de mesmo sendo modalidade presencial, que tenha momentos em EAD, ações que façam a aproximação com essa metodologia. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE sugeriu que em outro

momento então se apresente a nova metodologia do curso. Proposta Consensuada com adequação. Passou-se ao item 4.6. Apresentação da distribuição do recurso financeiro pactuado para Processos Educacionais em Saúde para Cirurgiões-Dentistas da Média e Alta Complexidade; Solicitante/Expositor: Ellys Symone Gomes de Arruda - SESAU/DGPAS/DAE. Senhora Ellys Symone explanou que foi disponibilizado recurso para capacitação dos cirurgiões-dentistas sendo um projeto só para dois cursos e o recurso disponibilizado ficou em R$23.419,00 (Vinte e três mil quatrocentos e dezenove reais), um curso no valor de R$11.004,00 (Onze mil e quatro reais) e outro no valor de R$12.420,00 (Doze mil quatrocentos e vinte reais), porém no desenrolar do projeto, como foi se adequando, verificou a necessidade de um desses cursos gastar mais que o outro, ficando o Curso de Laserterapia de Baixa Potência na Odontologia no valor de R$18.864,20 (Dezoito mil oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos), devido necessitar de parte prática, por isso vai precisar de mais disponibilização de horas e o curso de Cuidados na UTI por ser um curso mais rápido, de dezesseis horas, o custo vai ser menor, de R$3.186,00 (Três mil cento e oitenta e seis reais). Senhor Marcos Fabiano - CIR Capim Dourado questionou se houve alteração de carga horária e Senhora Ellys Symone esclareceu que houve porque no Curso de Laserterapia aumentou devido a parte prática e o outro diminuiu e que mesmo tendo a alteração na carga horária não ultrapassou esse limite. Senhor Andreis – DGETSUS/DGES perguntou onde será a parte prática do curso sendo esclarecido pela Senhora Ellys Symone que será no Hospital Geral de Palmas – HGP dizendo que o equipamento já está no Hospital para atendimento a pacientes de oncologia. Proposta Consensuada. Passou-se ao item 5. Regimento Interno da CIES – Representatividade das Regiões de Saúde na CIES – nova configuração das CIRs. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE ressaltou a necessidade de se rever o Regimento Interno, onde trata da composição dos membros da CIES, visto a redefinição das Regiões de Saúde, de alterar pontos textuais como onde lê-se “Superintendência”, passar a redigir “Diretoria Geral” e de verificar a questão do Senhor Getúlio de estabelecer os prazos de envio das atas e alterações das mesmas. Solicitou que nas reuniões das CIRs do mês de dezembro se defina quem serão os representantes das oito regiões que irão compor a CIES. Alguns membros colocaram que com a mudança de gestão municipal muda a representação nas CIRs. Colocaram que os indicados para compor a CIES

são eleitos dentro das CIRs. Pactuado com os membros presentes que os representantes das CIRs serão os mesmos até a data de trinta e um de dezembro do corrente ano e que na primeira reunião das CIRs no ano subseqüente deverá se eleger os titulares e suplentes que comporão a CIES. Senhora Marluce – NPA/CIES solicitou que formalizem via ofício ou via e-mail os novos membros, bem como providenciem a documentação para que na primeira reunião da CIES do ano de 2013 possa-se ter o contato de todos, bem como para agilizar o processo de solicitação de diárias. Item 6. Informes. 6.1. Participação da DGETSUS e CIES/CIB-TO na Reunião para Discussão da PNEPS e PROFAPS em Brasília-DF – 07 a 09 de novembro de 2012; Solicitante: Linvalda Rodrigues Henriques de Araújo/Expositor: Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana - CIES/CIB-TO/SE. Senhora Márcia Valéria comunicou que o Ministério da Saúde solicitou via e-mail a representação da Secretaria Executiva da CIES, da Diretoria de Gestão de Educação em Saúde, assim como um representante da Atenção Básica, um representante da Saúde Bucal da Atenção Especializada e um representante do Planejamento da Secretaria de Estado da Saúde para que se fizessem presente neste evento, que irá acontecer de sete a nove de novembro, para discutir sobre as políticas de formação de Educação em Saúde e do PROFAPS e sobre os recursos. Sendo então os representantes: da Secretaria Executiva da CIES, Márcia Valéria; Linvalda Rodrigues Henriques de Araújo, como Diretoria da Escola; Maria Luiza Salazar, como Planejamento; Ellys Symone, como Saúde Bucal da Atenção Especializada; e da Diretoria de Gestão de Regulação do Trabalho, Ludimila. informou que não se tem a pauta da reunião, mas que de acordo com o que foi discutido na reunião do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde - CONASS e na Comissão Intergestores Tripartite - CIT, as instruções são referentes a repasses financeiros, ao curso de Saúde Bucal de Prótese, o setor de Regulação do Trabalho, em função da questão do que foi discutido hoje de estar formando e incentivando o desvio de função e o setor de Planejamento em função de trabalhar justamente com orçamento. Informou ainda que na próxima reunião será apresentado o relatório, memória dessa reunião. Senhor Marcos Fabiano - CIR Capim Dourado informou sobre o adiamento do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – PRÓ-SAÚDE e Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET-Saúde. Senhora Márcia Valéria completou dizendo que a Senhora Juliana Bruno comunicou via e-mail sobre o evento e que quem iria pela CIES seria a Senhora Sortênia que é

representante da Instituição Pública de Nível Superior e em contato com esta ela confirmou que iria, mas ontem, em contato com o Senhor Flávio, este avisou que o evento foi adiado para março do ano seguinte, mas que gostaria que a CIES se fizesse presente na reunião do dia treze de dezembro, na Secretaria Municipal de Saúde, que irá tratar sobre esse assunto. Senhor Marcos Fabiano disse que Senhor Flávio indicou a pessoa da Sortênia visto que ela tem essa relação da UFT na CIES, mas que ele acha interessante que tenha outro representante da CIES para que possa se inteirar mais desse processo e dessa discussão. Senhora Márcia Valéria colocou que na reunião do dia treze quem estiver representando a CIES pode incluir isso na pauta, para que vá outra pessoa da CIES, no evento, além da Sortênia. Senhora Maria Antônia - CIR Miracema perguntou se está prevista mais uma reunião da CIES ainda neste ano e Senhora Márcia Valéria colocou que ainda não, que foi pensado para uma data posterior à última reunião da CIB, mas que estará muito próximo do Natal, que irá verificar também a necessidade, como uma nova portaria, ter que fazer alguma repactuação. Senhora Elizangela - CIB-TO colocou que a data da CIB também poderá ser alterada em função das CIRs e da mudança dos gestores e que confirmará a data assim que esta for definida. 6.2. Curso Processo Educacional voltado para a Educação Popular. Senhora Márcia Valéria explanou que é um anseio antigo dos gestores municipais que houvesse um processo educacional referente à educação popular, foi planejado, foi pactuado e repactuado o recurso para aumentá-lo e que há algum tempo as inscrições estão abertas, mas até agora só conseguiram dois inscritos. Sabe-se das falhas em relação à publicidade, à divulgação, porque os meios que se tem são o meio oficial primeiro, o Diário Oficial, e a internet no site da saúde e que já é comum que todos sabem que é de difícil acesso, de difícil visualização, mas que são problemas fora na governabilidade e que já se solicitou à Secretaria da Saúde - SESAU, Assessoria de Comunicação - ASCOM, Secretaria da Comunicação – SECOM. Colocou ainda que já se tentou fazer cartazes e levar às unidades de saúde. Exemplificou que houve reunião na semana anterior com o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, Polícia Militar, Secretaria de Segurança Pública - SSP, Corpo de Bombeiros e que como é um público que é comunidade também, tem-se pedido o apoio deles na divulgação, mas mesmo assim já se prorrogou o prazo e só tem dois alunos inscritos. Continuou o relato levantando o questionamento se o problema todo é a divulgação ou é o interesse do público a quem se

pensou e expressa: “É uma necessita vista por nós, mas será que é sentida pelas pessoas para quem se destina esse curso?” Senhor Marcos Fabiano colocou que observa dois pontos, um deles é o entendimento das pessoas sobre Educação Popular e no que isso serve para a vida dela e outro ponto é a questão burocrática, a documentação exigida é a mesma seja para aperfeiçoamento ou para um curso de curta duração e que isso desestimula. Senhora Márcia Cristina - DGETSUS/DGES/CE concordou com as colocações e diz que o edital de exigências é grande porque esse curso de agora, para discentes, era para fazer um curso de facilitadores, para serem facilitadores das três oficinas regionais que irão acontecer ano que vem e que como ele tem como público também a comunidade pensou-se que iria ter tanta procura que teria que ter algum outro subsídio para selecionar essas pessoas para entrar. Continuou dizendo que quando se ampliou a divulgação, prorrogou-se o prazo e não deu resultado, ontem foi questionado na coordenação que poderia ser uma carga horária reduzida para a exigência que está tendo e que se for acordado nessa Comissão de que é um curso realmente de interesse, que se deve persistir nele, colocar-se-á uma inscrição simplificada, como se fosse um processo de discente comum, mas algumas coisas não são dispensáveis como carta de liberação, um currículo organizado. Senhora Márcia Valéria colocou como informe, para que se pense se permanece com essa proposta, porque tendo o entendimento, ela é uma proposta interessante e necessária, mas ela é aberta para muita gente e o que é preciso fazer para sensibilizar as pessoas para que tenham interesse no curso. Senhor Marcos Fabiano também colocou que sendo aberto também para os Movimentos Sociais, outro ponto é a questão da exigência de documentos, essas pessoas não tem o costume, acham muito complexo isso, esse tanto de documento desestimula as pessoas. Senhora Márcia Valéria propôs consensuar que dentro do que a secretaria jurídica nos autorizar a retirar de exigências, simplificar e fazer mais uma tentativa, se de tudo isso não houver resultado se repactua esse recurso. Senhora Elizangela - CIB-TO perguntou se as pessoas que estavam no Encontro de Educação Popular, que estavam entusiasmadas, participativas e pró-ativas, se elas têm conhecimento desse processo, desse curso, qual foi a estratégia que usaram para que chegasse a esse público, porque de repente a experiência deles pode ajudar nesse divulgação. Senhor Marcos Fabiano diz que foi o município de Palmas que realizou o III Encontro de Educação Popular e outros eventos ao redor, mas que ele não acompanhou o

processo de divulgação desse curso, mas que acredita que não podem ser utilizadas apenas as formas oficiais de divulgação para esse público. Senhora Márcia Valéria - CIES/CIB-TO/SE passou a mais um informe que não foi colocado antes e passa a palavra para Senhora Karina Maschietto - DGETSUS/CCTI que divulgou o III Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, onde estará sendo discutida a minuta da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, dizendo que ocorreria nos dias 21 e 22 de novembro no Hotel Turim, que as inscrições estariam abertas. Colocou a importância da presença do Controle Social e que estariam presentes representantes do Governo Federal, do Rio de Janeiro e da Universidade de Brasília - UnB auxiliando durante todo o processo de discussão dessa minuta, sendo que esta estava aberta para consulta pública no site da Saúde para incluir, excluir ou alterar os parágrafos, bem como no site poderiam ser feitas as inscrições. Senhora Karina informou ainda que seria disponibilizada diária para representantes das CIRs e dos NEPs. A reunião foi encerrada às dezesseis horas e vinte minutos e eu, Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana, Secretária Executiva desta Comissão de Integração Ensino-Serviço – CIES/CIB-TO lavrei esta ata que após aprovada será assinada pelos membros presentes nesta reunião.

MEMBROS DA CIES PRESENTES NA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CIES/CIB-TO 31/10/2012	
Adeusvi Moreira dos Santos	
Ana Marise Pereira Gomes	
Andrea Siqueira Montalvão	
Andreis Vicente da Costa	
Augusto Cézar P. dos Santos	
Carmem Lúcia S. Santos Fonseca	
Ellys Symone Gomes de Arruda	
Elizangela Braga Andrade	
Erlaene Tedesco Canêdo	
Getúlio de Sousa Araújo	
Ivone Maria Quintino	
Jarmondes Carlos da Silva	
Katyelle Santos Ciriano	

Karina M. L. de Assis	
Linvalda Rodrigues Henriques de Araújo	
Márcia Valéria R. de Queiroz Santana	
Marcos Fabiano M. da Costa	
Maria Antônia Delle Vedove	
Maria Goret Lima Sodré dos Santos	
Marleide Aurélio da Silva	
Marlene Ferreira de Lucena Machado	
Neucilene Rodrigues de Carvalho	
Patrícia Martins Buhler Tozzi	
Rosemeire Vieira P. Aquino	
Talita Brito Tenório	
Valéria Viero Aquino de Barros	
Vitor Abreu de Sousa	
Wilma Gomes Galvão	
Yusely Sanches Capote	

581